

A territorialização das feiras orgânicas e agroecológicas no Brasil: algumas leituras sobre a construção de um mercado camponês

GUSTAVO HENRIQUE CEPOLINI FERREIRA *

ELIANA IZABEL DA SILVA CEPOLINI**

Resumo: O presente ensaio tem por objetivo analisar o papel do campesinato enquanto a base social e territorial da agroecologia, e, consequentemente do Desenvolvimento Rural Sustentável a partir de uma análise sobre o campo brasileiro. Para estabelecer tais reflexões teóricas e empíricas, é apresentado o entendimento e, sobretudo, os desdobramentos da agroecologia enquanto enfoque científico que se contrapõe ao agronegócio e as práticas advindas da Revolução Verde. Nesse sentido, utiliza-se dos dados qualitativos e quantitativos do Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor (IDEC) para mapear as feiras orgânicas e agroecológicas, revelando parte da territorialização e recriação camponesa no país. Dessa forma, entende-se o papel do campesinato na construção social de mercados locais, regionais e nacionais os quais possibilitam a segurança e a soberania alimentar na lógica da terra de trabalho e vida. Nesse sentido, apresentam-se alguns mapas e tabelas desenvolvidos com auxílios de programas de Cartografia Digital e Geoprocessamento, os quais possibilitam identificar a territorialização das feiras orgânicas e agroecológicas identificados pelo IDEC entre 2015 e 2017 e, nesse processo salienta-se a limitação das geotecnologias para compreender tais realidades no cenário brasileiro, que só poderão ser apreendidas mediante outros levantamentos *in loco*.

Palavras-chave: Agroecologia; Desenvolvimento Rural Sustentável; Campesinato; Feiras; Geotecnologias.

Territorialization of the organic and agroecological street markets in Brazil: some perusals on the construction of a country market

Abstract: This essay aims to analyze the role of peasantry as social and territorial basis of agroecology, and, consequently of Sustainable Rural Development based on a Brazilian country analysis. To establish such theoretical and empirical considerations, it is presented understanding and, unfolding of agroecology as a scientific approach, opposed to agribusiness and practices of the Green Revolution. In this sense, the qualitative and quantitative data of the Brazilian Institute of Consumer Protection is used to map the organic and agro-ecological street markets, revealing part of the peasantry's territorialisation and re-creation in the country. Thus, the role of the peasantry is understood in the social construction of local, regional and national markets, which enable security and food sovereignty in the logic of the land of work and life. Therefore, some maps and tables developed with the aid of Digital Cartography and Geoprocessing programs are presented, what made it possible to identify organic and agroecological markets territorialisation, identified by the Brazilian Institute of Consumer Protection between 2015 and 2017. The limitation of geotechnologies to understand such realities in the Brazilian scenario, which can only be apprehended through other on-site surveys.

Key words: Agroecology; Sustainable Rural Development; Peasantry; Street Markets; Geotechnology.



* **GUSTAVO HENRIQUE CEPOLINI FERREIRA** é Geógrafo; Doutor em Geografia Humana (USP); professor do Departamento de Geociências (UNIMONTES) e Coordenador do Núcleo de Estudos e Pesquisas Regionais e Agrários (NEPRA – UNIMONTES).



** **ELIANA IZABEL DA SILVA CEPOLINI** é Fisioterapeuta e Especialista em Programa Saúde da Família; Coordenadora e tutora de cursos de Extensão Universitária na modalidade a distância no Centro Universitário Claretiano.

Introdução

A partir do reconhecimento que existem abordagens antagônicas e contraditórias que analisam o campo brasileiro, realizou-se um breve levantamento bibliográfico com a finalidade de indicar as possibilidades da construção de uma agroecologia plena, como estruturado no mapa conceitual a seguir. Dessa forma, foi possível fazer um mapeamento das

feiras orgânicas e agroecológicas existentes no Brasil com o objetivo de dimensionar territorialmente sua abrangência e revelar a resistência desses camponeses ao construir novas utopias e resgatar outras, as quais estão ancoradas na ordem moral camponesa, na lógica da terra de trabalho e vida que marcam grande parte do campesinato, sobretudo, ao se relacionar com o mercado.

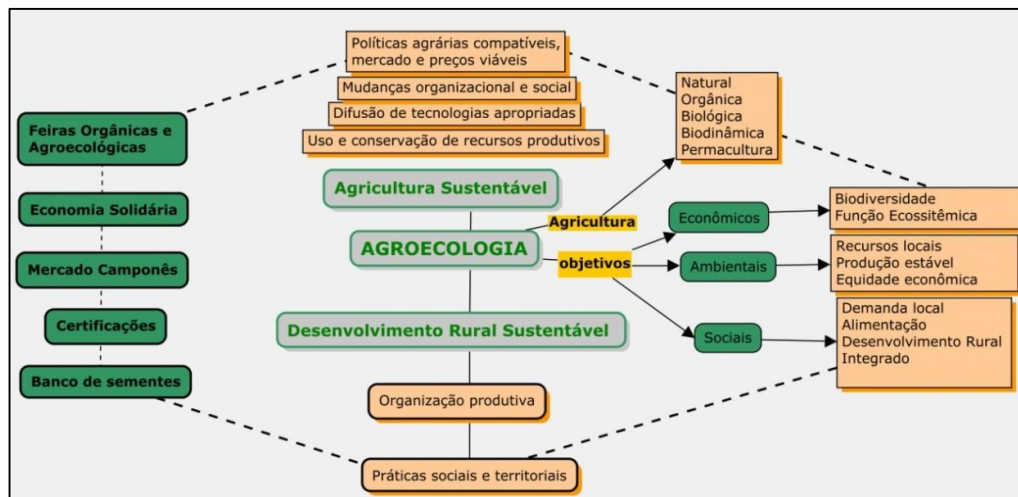


Figura 1: Mapa Conceitual da Agroecologia, Agricultura Sustentável e o Desenvolvimento Rural Sustentável. **Fonte:** ALTIERI; NICHOLLS, 2000 e ALTIERI, 2009. **Org.:** Os autores.

A partir desse cenário, a Agroecologia materializa algumas práticas sociais e territoriais, tidas como ancestrais, por isso requerem um olhar acurado para a compreensão dos processos internos e externos dessa “nova” ciência. Nesse contexto, a Figura 1, representa as estratégias de reprodução do campesinato a partir das diferentes concepções envolvendo a Agroecologia, o Desenvolvimento Rural Sustentável e, por fim, a construção de um mercado camponês através das feiras orgânicas e agroecológicas.

Biase (2010) propõe uma agroecologia plena e para isso aponta as contribuições do ecólogo Stephen Gliessman, do agrônomo Miguel Altieri e do sociólogo

Eduardo Sevilla Guzmán para a construção deste novo campo do conhecimento. Tais contribuições estão articuladas e revelam parte do entendimento do desenvolvimento rural sustentável e, sobretudo, da diversidade socioecológica presente no debate da Agroecologia.

Para atingir os objetivos propostos, utilizou-se dos dados do IDEC - Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor (2015), que reúnem o nome, localização e horário das feiras orgânicas e agroecológicas territorializadas em quase todos os estados brasileiros. Nesse contexto, pode-se afirmar que há uma indissociabilidade entre a Agroecologia, a Economia Solidária, o

Desenvolvimento Rural Sustentável (DRS) e os sujeitos sociais – camponeses que produzem tais alimentos, estando esses ligados ou não aos movimentos sociais ou socioterritoriais (FERNANDES, 2001).

A partir dessas análises, foram organizados os dados quantitativos e qualitativos para elaboração de um mapa conceitual (Figura 1) e de alguns mapas temáticos a partir da sistematização em Programas de Cartografia Digital – Geotecnologias.

Nesse sentido, trata-se de um ensaio que materializa parte os dados sobre a territorialização da agroecologia no Brasil, os quais devem ser contextualizados mediante trabalho de campo nas feiras orgânicas e agroecológicas, e, sobretudo, com os próprios camponeses responsáveis pela produção e comercialização nas feiras, que por vezes, representam a insubordinação dos camponeses ao mercado tradicional. Assim, cabe salientar que a agricultura camponesa¹ é responsável por 70% de toda produção de alimentos no Brasil, com apenas 24% das terras agricultáveis e com 14% do crédito disponível segundo consta no último Censo Agropecuário de 2006 (IBGE, 2010)².

¹ Denominada no bojo das políticas públicas por agricultura familiar. Todavia, reconhecemos as divergências teóricas, ideológicas e políticas em relação à extinção do campesinato presente nessa corrente. Tal perspectiva acredita que o antigo camponês será submetido à metamorfose para alcançar o moderno, ou seja, ao utilizar recursos técnicos, será integrado ao mercado, não sendo camponês, mas sim, um agricultor familiar, leia-se, pequeno empresário.

² Em função do golpe político/parlamentar/jurídico/midiático o Censo Agropecuário não foi iniciado em 2016, sendo o edital lançado apenas em meados de 2017, o que em partes, comprometerá a série estatística sobre o campo brasileiro.

A partir desses dados pode-se verificar a possibilidade de uma transição agroecológica no campo brasileiro, seja pela reforma agrária agroecológica, ou pelo incentivo direto da produção sem veneno e da criação de mercados camponeses como algumas experiências com as próprias feiras. Dessa forma, seria possível uma autonomia significativa ao romper os princípios da Revolução Verde, dos agrotóxicos, agronegócio, transgênicos, insegurança alimentar, do latifúndio, etc.

Tais cenários estão sendo de um modo ou de outro sendo gestados, pois, vivenciamos uma tensão jurídica marcada por profundas contradições que abrangem a segurança alimentar, o território, a questão política da liberdade, da justiça, da autonomia e da soberania, em que:

[...] transgênicos, produtos orgânicos, vaca louca, Monsanto, Via Campesina, McDonald's, José Bové, gripe do frango, agronegócio, zapatistas, agroecologia, MST fazem parte de uma mesma tensão contraditória em que se debate o futuro da humanidade (GONÇALVES, 2004, p. 243).

Esse futuro, sem dúvidas, perpassa pelas escolhas e construções hodiernas, as quais remetem ao modelo de sociedade que temos e queremos. Por isso, salienta-se que a territorialização das feiras orgânicas e agroecológicas é precedida da luta pela terra de trabalho, ou seja, há um amplo processo anterior em defesa da terra por parte dos camponeses organizados ou não por diferentes movimentos socioterritoriais que dão sustentação social e territorial para a concretização das feiras. Tais processos são mediados por diferentes conflitos e relações de poder envolvendo os sujeitos sociais e suas práticas territorializadas no campo com a produção em si e, sobretudo, como evidenciado nesse

ensaio o papel das feiras, ao concretizam esse amplo processo em todas as regiões brasileiras.

Economia Solidária e redes de extensão em agroecologia

A efetivação da agroecologia, portanto, ultrapassa qualquer projeto e/ou programa governamental conforme as reflexões desenvolvidas até o presente momento. Tal cenário é evidenciado pela ação autônoma e organizada de camponeses distribuídos pelo mundo. Por isso, deve-se refletir a totalidade que move a vida no campo e sua inserção no mercado, pois, nem sempre são mediações capitalistas como bem salientou Bové e Dufour (2001): o mundo não é uma mercadoria: camponeses contra a comida ruim! Essa resistência frente ao avanço do “agronegócio orgânico” é de suma importância para a recriação do campesinato. Por isso, a economia solidária e as redes de extensão representam a materialidade de um amplo processo em construção, ou seja, remetem a insubordinação da renda camponesa ao capital, bem como estabelece um fecundo diálogo com os consumidores através de outros canais próprios de comercialização, ou seja, as feiras possibilitam justamente a construção desse mercado camponês.

Assim, a Economia Solidária se apresenta como um caminho importante para inclusão da agroecologia, ou mesmo, dos frutos da sua produção. A Cáritas qualifica a Economia Solidária como “[...] aquelas iniciativas de associações, movimentos sociais, redes e cadeias produtivas, cujos propósitos estejam baseados em formas autogestionárias através de projetos sociais-organizativos ou econômicos-produtivos” (*apud* SANTOS, 2010, p. 77).

Essa breve definição representa a autonomia dos envolvidos na Economia Solidária a partir da agroecologia, pois, desde a produção os camponeses não seguem as exigências do mercado no sentido de indicar o que devem produzir.

O secretário executivo da Comissão Episcopal de Ação Social (CEAS) da Conferência Episcopal do Peru, Humerto Ortiz (2012), tece um panorama relevante da economia solidária no contexto da Amazônia, recomendando que devemos introduzir com mais força o conceito de “economia solidária” na região da América Latina, para isso reconhece-a como produtora de bens e serviços, assim como visualiza um potencial para constituição de uma economia ecológica que possa promover o diálogo inter-setorial, fortalecendo, consequentemente as políticas públicas para o seu desenvolvimento em nível local, nacional e internacional (ORTIZ, 2012).

Esses elementos estão compromissados com uma visão humanista e ecológica da sociedade. Ressaltando ainda, um desenvolvimento pleno. Boff (2012, p. 60-1, grifo nosso) discorre que o modelo da economia solidária traz consigo uma microssustentabilidade viável, ou seja:

[...] a economia solidária, é o que melhor realiza o conceito de sustentabilidade em direta oposição ao sistema mundialmente imperante. Na verdade, ela sempre existiu na humanidade, pois a solidariedade constitui uma das bases que sustentam as sociedades humanas. [...] **A economia solidária se apresenta como alternativa à economia capitalista, mais ainda, como uma economia pós-capitalista** [...] é movida pelos ideais éticos de preservação de todo tipo de vida e de criação das condições para o bem-viver de todos. Ela pode ser entendida, como

o faz um de seus teóricos e presidente nacional da Secretaria para o Desenvolvimento Solidário, Paul Singer, "**como um jeito de produzir, vender, comprar, consumir e trocar sem explorar, sem querer vantagens e sem destruir a natureza**".

Boff (2012) afirma ainda que a economia solidária é um modelo que integra o humano, o social, o ético, o espiritual e o ambiental, como uma saída salvadora para a história humana.

Essa semente do futuro e do presente está sendo construída com as redes de extensão agroecológica e, sobretudo, por meio de uma conscientização de consumidores e camponeses, os quais estão se conscientizando de que o modelo imposto pela Revolução Verde, não tem nada de verídico, pelo contrário, só agrava os problemas ambientais e sociais. E, por isso, a Agroecologia em Rede ³ representa um caminho significativo ao identificar as inúmeras experiências no Brasil e na América Latina, rumo à sustentabilidade e a campesinidade, ou seja, a cidadania do e no campo.

Agroecologia, reforma agrária e os movimentos socioterritoriais

A agroecologia, por essência, se opõe aos sistemas tradicionais de produção, principalmente aqueles ligados à Revolução Verde. A partir dessa premissa, reconhecemos que a maioria

dos agricultores, colonos, meeiros, parceiros, camponeses, campesinos entre outras denominações para o sujeito social que lavra a terra, em sua maioria estão territorializados em pequenas parcelas de terra, geralmente por meio de agroecossistemas diversificados - policultivos, cujas características de manejo são seculares, integrados em um sistema cultural e biológico e, muitas vezes, sem acesso aos insumos externos e, sobretudo de capital.

Trata-se de uma agrobiodiversidade marginalizada no bojo das políticas públicas e unilaterais, pois, muitos desses camponeses como é sabido estão na América Latina, África e Ásia (ALTIERI, 2012). A permanência desses camponeses é possível, pois, estão em pequenas propriedades que juntas somam milhões de hectares cultivados, os quais produzem a maioria dos alimentos presentes em nossas mesas.

"Em 2001, o Brasil detinha 270.000 hectares de área de produção orgânica. Em 2003, o Brasil já contava com uma área aproximada de 841.000 hectares" (CONEJERO et al., 2009, p. 95). Já Saquet (2008) indica que os países com maior área cultivada de orgânicos no mundo são: Austrália com 12,1 milhões de hectares, seguido da China com 3,5 e Argentina com 2,8 milhões de hectares. E, mais recentemente a IFOAM - *International Federation of Organic Agriculture Movements* em 2012, afirma que haviam 46 milhões de hectares de área plantada de orgânicos, livres dos agrotóxicos, os quais representam aproximadamente 1,4 milhão de propriedades, ou seja, apenas 1% do total das terras agrícolas do mundo (ZAMBERLAM; FRONCHETI, 2012).

Costa Neto e Canavesi (2002) apontam que há uma grande possibilidade em efetivar a agroecologia nos assentamentos rurais, especialmente

³ Agroecologia em Rede é um sistema de informações sobre iniciativas em Agroecologia. É composto por três bancos de dados interligados entre si: o Banco de Experiências, o Banco de Pesquisas e o Banco de Contatos (pessoais e institucionais). É composto pelas seguintes organizações, *Associação Brasileira de Agroecologia (ABA-Agroecologia)* e *Sociedade Científica Latino-americana de Agroecologia (SOCLA)* (AGROECOLOGIA EM REDE, 2012).

aqueles ligados ao MST – Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, visto que pensam o campo de forma ampla reconhecendo a dimensão ambiental, cultura e política que a integra. Nesse sentido, os assentados se mostram mais propícios às iniciativas sociais sustentáveis que visem ir além do projeto teoricamente dominante – agronegócio.

Para Costa Neto e Canavasi (2002), os assentamentos rurais, sobretudo, aqueles organizados pelo MST representam hoje no Brasil um princípio agroecológico importante. No mesmo contexto, Nobre et. al. (2012) também apresentam um modelo de assentamento da reforma agrária em que a proposta agroecológica vem sendo implementada. Trata-se do assentamento Sepé Tiaraju localizado no estado de São Paulo, nos municípios de Serrana e Serra Azul (região de Ribeirão Preto), com aproximadamente 80 famílias, organizadas em quatro núcleos em uma área total de 814 hectares, historicamente utilizada pelo cultivo de cana-de-açúcar. Sobre a origem das famílias afirmam que:

A grande maioria das famílias entrevistadas (84%) declararam que não conheciam a agroecologia antes de entrar no movimento social. Estas famílias afirmaram que a primeira vez que ouviram algo sobre o tema foi durante a fase do acampamento (entre 2000 e 2003). Além disso, das famílias que vinham de alguma experiência de produção agropecuária antes de ser assentadas, mais da metade (52,4%) declarou que não fazia uso de práticas conservacionistas, como a adubação verde, a rotação de cultivo, etc. Estes dados confirmam a importância do trabalho de sensibilização e formação em agroecologia desenvolvido pelo MST junto aos trabalhadores, desde a fase de

acampamento (NOBRE et. al, 2012, p. 2).

Esse conhecimento da agroecologia acontece durante o processo de ocupação até a construção do assentamento. Trata-se da formação de base, da educação em movimento, ou da Pedagogia do MST (FERREIRA, 2011). Esses assentados vivenciam a transição agroecológica, ou seja, o caminho para produzirem na terra com qualidade e diversidade, construindo assim uma vida digna, saudável e sustentável, possibilitando ainda, participarem de um projeto alternativo para o campo e para o país (CEPOLINI; FERREIRA, 2014).

No bojo das políticas públicas nacionais, observa-se a junção da reforma agrária e o Projeto de Desenvolvimento Sustentável (PDS), trata-se de uma iniciativa que infelizmente não atinge massivamente o campo desde a criação da portaria no INCRA de 1999.

No contexto do Assentamento Sepé Tiaraju, há produções consorciadas com floresta, fazendo com que as famílias tenham diversidade aliada ao aumento da renda. Constata-se, portanto que essa renda dos camponeses está associada aos policultivos – cunhado em sentidos e sentimentos propiciados pelo manejo da natureza, reconhecendo o potencial agroecológico.

Por isso, a efetivação da reforma agrária com os princípios agroecológicos, possibilitará a soberania e a segurança alimentar no Brasil. Entendida como o direito dos povos e comunidades camponesas em definir as políticas e estratégias sustentáveis de produção, distribuição e consumo de alimentos (MST, 2005).

Erradicando, assim, a fome, a má nutrição e as desigualdades sociais arraigadas historicamente no país. Ainda de acordo com o MST (2005), pode-se

inferir que lutam em defesa da soberania alimentar numa perspectiva de autonomia e independência política e social que envolva os camponeses e os consumidores .

Essa luta, assim como a luta pela terra, caminha junta no cenário brasileiro. Trata-se, portanto, da conquista da terra num primeiro momento, depois emergem as demais lutas por educação, saúde etc. Por isso, a agricultura camponesa vai além das relações imediatas do capitalismo. Assim, temos de assumir a agricultura camponesa como patrimônio universal, defensora de todo tipo de vida, cunhada na etnodiversidade, na qual o futuro da humanidade possa estar ancorado na autonomia, na justiça e na autossustentável.

Nesse sentido, as reflexões sobre a agricultura camponesa enquanto patrimônio ecológico mundial norteiam nossas análises; e permitem compreender ainda os fundamentos básicos do etnoconhecimento a partir do diálogo estabelecido com a agricultura camponesa enquanto base social e territorial da agroecologia; sendo possível reconhecer alguns exemplos relevantes para o fortalecimento da economia solidária, por meio das feiras ecológicas, orgânicas, agroecológicas, das Mandalas e as próprias transformações na estrutura agrária e no modo de produção agrícola.

Por fim, salientamos a relação entre agroecologia e reforma agrária a partir de uma experiência concreta do MST e, também de outros movimentos socioterritoriais, revelando uma alternativa sustentável e justa para o campo e para toda sociedade.

Das mandalas às feiras orgânicas e agroecológicas

“A Agroecologia fornece as bases científicas, metodológicas e técnicas para uma nova revolução agrária não só no Brasil, mas no mundo Inteiro” (ALTIERI, 2012, p. 15).

Segundo Marcos (2005), a palavra Mandala tem origem no sânscrito – círculo; o qual tem formato redondo despertando a ideia de infinito e/ou prolongamento. Para o idealizador da Mandala, Willy Pessoa, há nela a menção e a disposição similar aos Planetas no Sistema Solar.

A organização das Mandalas remete ao desenvolvimento local autossustentável, ou seja, os camponeses passam a usufruir de uma infraestrutura a partir do manejo local. A estrutura da Mandala é em partes simples e na maioria dos projetos analisados na pesquisa de Marcos (2005) houve auxílio de órgãos de desenvolvimento local e financiamentos parciais por parte de algumas empresas.

Marcos (2008) e Santos (2010) tecem alguns diálogos relevantes sobre a inserção social e econômica da agroecologia. Eles enxergam na Economia Solidária um respaldo significativo para as famílias camponesas ao lidar com o mercado externo, salientando que sua lógica não é a lógica do lucro – da mercadoria em si.

Santos (2010) apresenta inúmeras feiras agroecológicas na Paraíba, revelando a insubordinação dos camponeses ao capital, especialmente ao não entregar os frutos da terra ao atravessador e a grandes redes varejistas e, sobretudo, ao organizarem associações e feiras para venda direta aos consumidores, pautando-se em uma relação ímpar de sociabilidade, em que além da venda há troca de experiências e,

consequentemente, fortalecimento das relações sociais locais.

Um exemplo importante da pesquisa de Santos (2010) trata-se da qualidade dos produtos e, sobretudo, a comparação dos preços entre as feiras agroecológicas e o mercado convencional. No âmbito dessa pesquisa pode-se verificar a variedade de produtos e concluir que: os alimentos das feiras agroecológicas são mais baratos!

Em uma análise preliminar das cinco feiras orgânicas de Campinas-SP realizada em maio de 2015 também foi possível verificar a variedade de alimentos e em muitos casos os preços são similares aos praticados nos supermercados e varejões da cidade.

Essas leituras permitem indicar que os valores praticados nas feiras orgânicas e agroecológicas são mais justos do que os praticados no comércio convencional. Nesse contexto, além da informação empírica, fica o dilema da conscientização de consumidores e produtores por exigir alimentos mais limpos e saudáveis em consonância com os princípios ambientais e sociais. É preciso entender a cadeia na qual tais produtos estão inseridos, ou seja, a agricultura camponesa, cuja matriz está no respaldada em grande parte no trabalho familiar e no desenvolvimento autossustentável local.

Um estudo de caso similar foi realizado por Gusson (2006), no Rio Grande do Sul, e revela a conscientização dos camponeses e dos consumidores no que tange a inserção das feiras ecológicas na rotina familiar. Vale ressaltar que nesta feira há uma denominação diferente, todavia, os produtos comercializados seguem a mesma lógica das feiras orgânicas e agroecológicas.

Essas feiras ecológicas vão muito além da oferta de alimentos sem agrotóxicos ao consumidor, ou da

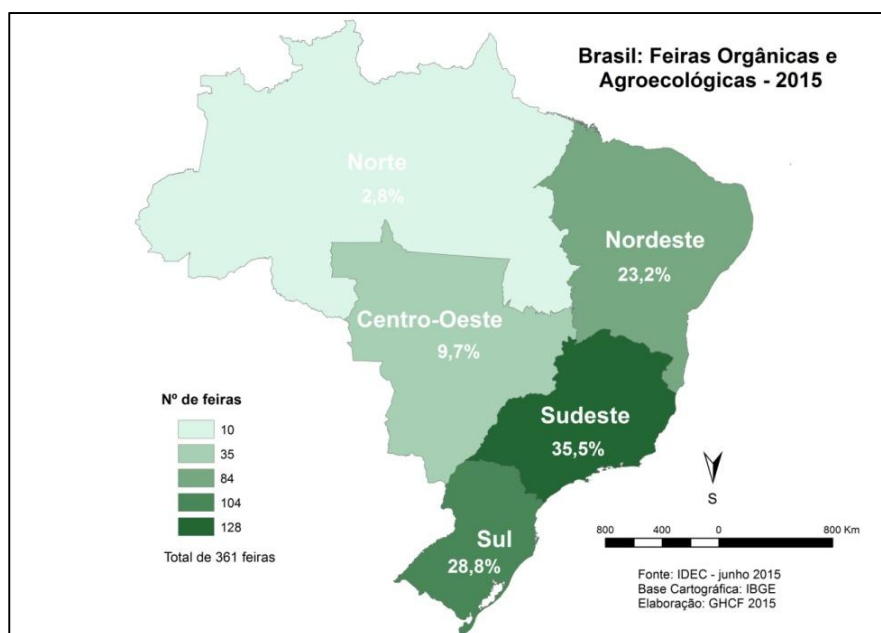
simples agregação de valor econômico ao produto. A comercialização direta proporciona uma relação de identidade entre quem produz o alimento com quem o consome, permitindo a valorização da qualidade do produto e da cultura do produtor. Uma grande vantagem da feira ecológica, em relação a outros canais de comercialização, está na sua simplicidade, que abre infinitas possibilidades para o desenvolvimento integral das pessoas envolvidas. O diálogo e a integração entre agricultores e consumidores mostram-se capazes de produzir mudanças nas duas pontas da cadeia produtiva (GUSSON, 2006, p. 93).

No decorrer dessa pesquisa constatou-se que os consumidores aderiam à feira por motivos de saúde, preocupação com o meio ambiente, por que os produtos são oriundos da região, por se preocuparem com a saúde dos agricultores, em apoio à agricultura familiar ecológica ⁴ entre outros.

⁴ Altieri (2012) utiliza o termo agroecólogos para denominar esses camponeses.

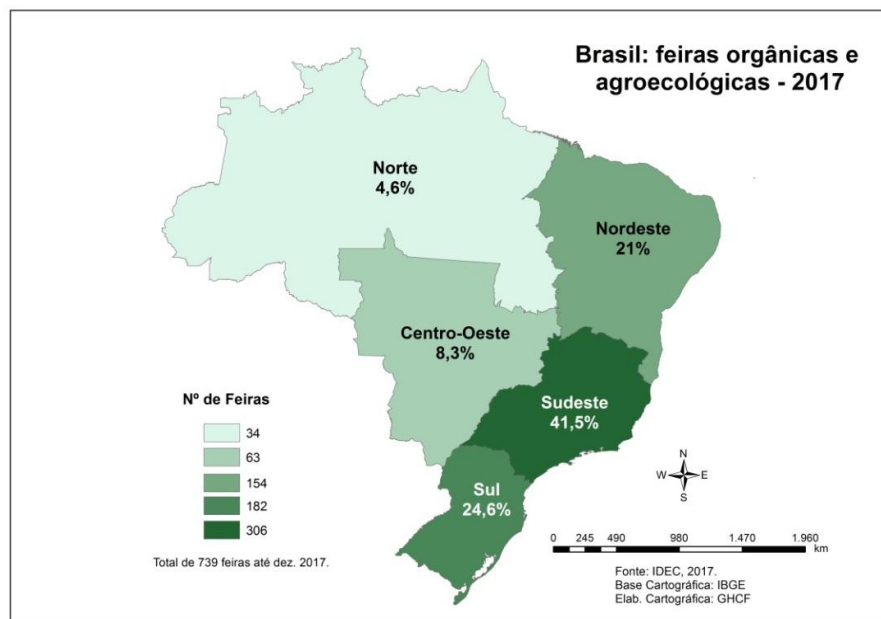
Ao final dessas pesquisas, pode-se concluir que os camponeses tornam-se ainda mais empenhados, não apenas em uma nova agricultura, mas também em um novo modo de vida, marcado com valores ecológicos, de justiça e solidariedade mútua; esse exemplo, além de informar, forma uma nova consciência, cuja matriz está baseada nas relações sociais da produção ao prato, das mandalas, hortas às feiras, assumindo assim, uma gestão solidária e humana no campo e nas cidades⁵.

Por isso, pode-se refletir que essas lutas do campesinato organizado por diferentes movimentos sociais ou socioterritoriais podem alterar a estrutura fundiária, altamente concentrada e também construir a transição agroecológica como resistência e modelo para o campo que assegure a soberania e a segurança alimentar. Nos mapas a seguir pode-se verificar a territorialização das feiras orgânicas e agroecológicas por região em 2015 e 2017, respectivamente.



Mapa 1: Brasil: feiras orgânicas e agroecológicas -2015. **Fonte:** IDEC, 2015. **Org.:** Os autores

⁵ A CSA – *Community Supported Agriculture* - Comunidade que Sustenta a Agricultura com os seus princípios talvez possa representar esse caminho: 1. Ajuda mútua, 2. Diversificação da produção, 3. Aceitação de produtos da época, 4. Preços justos, 5. Relações de amizade, 6. Distribuição independente, 7. Gestão democrática, 8. Aprendizagem mútua, 9. Produção e consumo local e 10. Estabilidade. Disponível em: <<http://csabrasil.org/nossos-principios/>>. Acesso em: 10 jul. 2015.



Mapa 2: Brasil: feiras orgânicas e agroecológicas -2017 **Fonte:** IDEC, 2017. **Org.:** Os autores

Nos períodos analisados, ou seja, entre junho de 2015 e dezembro de 2017 registrou-se um aumento de 48,9% nas feiras cadastradas na plataforma do IDEC. Isso significa que o número de feiras praticamente dobrou no período

analisado, foram aproximadamente 21 novas feiras registradas por mês na página do IDEC, considerando os últimos 18 meses. Na tabela a seguir, pode-se verificar os dados mapeados:

Região	Feiras - 2015	%	Feiras - 2017	%
Norte	10	2,8	34	4,6
Centro-Oeste	35	9,7	63	8,3
Nordeste	84	23,2	154	21
Sul	104	28,8	182	24,6
Sudeste	128	35,5	306	41,5
Total	361	100	739	100

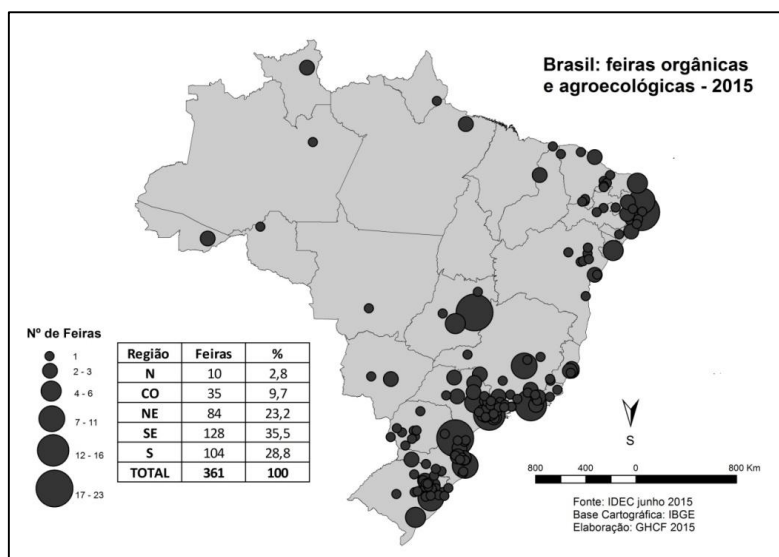
Tabela 1: Nº de feiras orgânicas e agroecológicas em 2015 e 2017. **Fonte:** IDEC, 2015 e 2017. **Org.:** Os autores.

A partir dessas análises, deve-se ressaltar que dentre a metodologia utilizada pelo IDEC, inicialmente tinham como pressupostos comparar o preço dos alimentos orgânicos nos últimos anos, e a partir de 2015 iniciou-se a divulgação

das feiras a partir das informações georreferenciadas das mesmas, facilitando assim a comercialização nas feiras Orgânicas ou Agroecológicas, as quais são entendidas como espaços mais antigos de comercialização que ainda

resistem em alguns municípios. Assim, as feiras constituem-se como uma ótima alternativa da compra direta com o produtor, diminuindo intermediários no processo, e, conseqüentemente, o preço, estimulando a autonomia do produtor e

valorizando a produção local de alimentos. Por isso, no mapa 3 pode-se verificar a territorialização das feiras orgânicas e agroecológicas no Brasil por municípios em 2015.



Mapa 3: Brasil: feiras orgânicas e agroecológicas -2015. **Fonte:** IDEC, 2015. **Org.:** Os autores.

Nota-se uma concentração significativa das feiras no Centro-Sul e Nordeste, e, ao analisar os dados gerais temos a seguinte concentração regional: Sudeste 35,5%, Sul 28,8%, Nordeste 23,2%, Centro-Oeste 9,7% e Norte 2,8. Tal constatação permite afirmar que há uma constante recriação do campesinato a partir da produção de alimentos sem venenos, os quais estão ancorados na lógica da terra de trabalho, vida e autonomia; e muitas vezes, constata-se que a renda não está subordinada ao capital industrial, financeiro e comercial, daí, a perspectiva de um mercado camponês em consonância com um desenvolvimento territorial e agroecológico pleno, frente o agronegócio brasileiro que por enquanto ainda, não se apropriou dessa perspectiva, leia-se, “*agronegócio orgânico*”. Em 2017 a concentração das

feiras orgânicas e agroecológicas segue um ranking similar: Sudeste 41,5%, Sul, 24,6%, Nordeste 21%, Centro-Oeste 8,3% e Norte 4,6%.

Assim, salienta-se que a relação produtor – consumidor em tese foi aproximada e se coloca como uma possibilidade para os camponeses que reconhecem na produção de alimentos a própria existência, a reciprocidade e uma ordem moral única que muitas vezes não se limita aos selos e certificadoras ambientais para garantir e validar a qualidade e procedência dos alimentos.

Considerações finais

A efetivação da agroecologia ultrapassa qualquer projeto e/ou programa governamental conforme as reflexões desenvolvidas até o presente momento. Tal cenário é evidenciado pela ação

autônoma e organizada de camponeses distribuídos pelo mundo. Ploeg (2016) reforça que a agricultura camponesa é expressão de resistência, cuja prática reúne uma multidão que cotidianamente estão colocando em ação novas abordagens e padrões alternativos de cooperação.

Assim, a perspectiva oriunda dos debates anarquistas, da ajuda mútua, da coletivização e das cooperativas, de um modo ou de outro se fazem presentes nos debates da transição agroecológica como uma perspectiva territorial e social ímpar de pensar ou mesmo reelaborar uma perspectiva mais ampla de desenvolvimento.

Por isso, acredita-se que essa semente do futuro e do presente está sendo construída com as redes de extensão agroecológica⁶ e, sobretudo, por meio de uma conscientização de consumidores e camponeses, os quais em partes são avessos ao modelo imposto pela Revolução Verde, que nada possui de verde, pelo contrário, só agrava os problemas ambientais, sociais e territoriais.

Nesse contexto, os mapas das feiras orgânicas e agroecológicas representam uma parte da territorialização do campesinato e do mercado camponês em construção. Trata-se, portanto, de uma leitura importante travada no campo, cujo processo de territorialização segue nas cidades através das feiras orgânicas e agroecológicas em todas as regiões brasileiras.

Dessa maneira, a luta pela transição agroecológica está posta para os movimentos socioterritoriais, e também

para as políticas públicas, aos consumidores, a universidade e a sociedade como um todo e indica um caminho importante que antes de qualquer coisa remete à nossa sobrevivência ao garantir a soberania e segurança alimentar.

Referências

AGROECOLOGIA EM REDE. **Home Page – 2012.** Disponível em:

<<http://www.agroecologiaemrede.org.br/>>.

Acesso em: 24 jun. 2015.

ALTIERI, M.; NICHOLLS, C. I. Bases agroecológicas para uma agricultura sustentável. In: _____. **Agroecologia: Teoría e práctica** para uma agricultura sustentável. Mexico: PNUMA, 2000.

ALTIERI, M. **Agroecologia: a dinâmica produtiva da agricultura sustentável.** Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 2009.

_____. **Agroecologia: as bases científicas para uma agricultura sustentável.** São Paulo, Rio de Janeiro; Expressão Popular, AS-PTA, 2012.

BIASE, L. de. **Agroecologia, campesinidade e os espaços femininos na unidade familiar de produção.** Dissertação de Mestrado. Piracicaba, CENA ESALQ USP, 2010.

BOFF, Leonardo. **Sustentabilidade: o que é – o que não é.** Petrópolis: Vozes, 2012.

BOVÉ, J; DUFOUR, F. **O mundo não é uma mercadoria: camponeses contra a comida ruim.** São Paulo: Editora UNESP, 2001.

CEPOLINI, Eliana I. S. FERREIRA, Gustavo H. Cepolini. **Agroecologia, Alimentação e Saúde: um diálogo possível e necessário.** São Paulo: Entremares, 2014.

CONEJERO, M. A. et al. Produtos orgânicos: o que é, dimensões e como se habilitar. In: NEVES, FAVA, M. (Coord.). **Agronegócio e desenvolvimento sustentável: uma agenda para a liderança mundial na produção de alimentos e bioenergia.** São Paulo: Atlas, 2009.

COSTA NETO, C.; CANAVESI, F. Sustentabilidade em assentamentos rurais: o MST rumo à “reforma agrária agroecológica” no Brasil?. Disponível em: <<http://biblioteca.clacso.edu.ar/clacso/gt/201010/02061839/10neto.pdf>>. Acesso em: 30 jun. 2015.

⁶ Como exemplo, indica-se: a Agroecologia em Rede, a Articulação Nacional de Agroecologia, a Associação Brasileira de Agroecologia e a Sociedade Científica Latino-americana de Agroecologia.

IBGE. **Censo Agropecuário 2006**. Rio de Janeiro: IBGE, 2010.

IDEC. **Mapas de feiras orgânicas 2015**. Disponível em: <<http://feirasorganicas.idec.org.br/>>. Acesso em: 02 jun. 2015.

_____. **Mapas de feiras orgânicas 2017**. Disponível em: <<http://feirasorganicas.idec.org.br/>>. Acesso em: 20 dez. 2017.

FERNANDES, B. M. **Questão agrária, pesquisa e MST**. São Paulo, Cortez, 2001.

FERREIRA, Gustavo H. Cepolini. **No chão e na educação: o MST e suas reformas**. Jundiaí: Paco Editorial, 2011.

GONÇALVES, Carlos W. P. Geografia da riqueza, fome e meio ambiente: pequena contribuição crítica ao atual modelo agrário/agrícola de uso dos recursos naturais. In: MARQUES, M. I. M.; OLIVEIRA, A. U. (Orgs.). **O campo no século XXI: território de vida, de luta e de construção da justiça social**. São Paulo: Casa Amarela/Paz e Terra, 2004.

GUSSON, M. A importância estratégica das feiras agroecológicas para o resgate e preservação da biodiversidade na agricultura familiar do Alto Uruguai (RS). In: LOVATO, P. E.; SCHIMIDT, W. (Orgs.). **Agroecologia e sustentabilidade no meio rural**. Chapecó: Argos, 2006.

MARCOS, Valeria de. Construindo alternativas: a produção agroecológica através das mandalas. In: **Anais SINGA**. Presidente Prudente: UNESP, 2005.

_____. Agroecologia e economia solidária: o projeto camponês para o campo do Século XXI. In: **Anais XV ENGA**. São Paulo: AGB, 2008.

MARQUES, Marta I. M. A atualidade do uso do conceito de camponês. **Revista NERA**, Presidente Prudente, ano 11, n. 12, p. 57-67, jan./jun. 2008.

MST. O Brasil precisa de Reforma Agrária: as propostas dos movimentos e as promessas e compromissos do governo Lula. **Caderno de Formação**, n. 36. São Paulo: MST, 2005.

NOBRE, H. G. et. al. Utilização de práticas agroecológicas na construção de projetos sustentáveis para a reforma agrária: um estudo de caso no assentamento Sepé Tiaraju – SP. **Revista Brasileira de Agroecologia**, Cruz Alta, v. 7, n. 1, p. 3-13, 2012. Disponível em: <http://www.aba-agroecologia.org.br/ojs2/index.php/rbagroecologia/article/view/9963/pdf_1>. Acesso em: 29 jun. 2015.

ORTIZ, H. **Alcançar o desenvolvimento por meio da economia solidária**. Junho 2012. Disponível em: <<http://especial.caritas.org.br/2012/06/19/alcanca-r-o-desenvolvimento-por-meio-da-economia-solidaria/>>. Acesso em: 29 jun. 2014.

PLOEG, Jan Douwe van der. **Camponeses e a arte da agricultura: um manifesto Chayanoviano**. São Paulo; Porto Alegre: Ed. Unesp; Ed. UFRGS, 2016.

SANTOS, T. A. **Agroecologia como prática social: feiras agroecológicas e insubordinação camponesa na Paraíba**. 2010. Dissertação de Mestrado. São Paulo: FFLCH-USP, 2010.

SAQUET, A. A. Reflexões sobre a agroecologia no Brasil. In: CANDIOTTO, L. Z. P.; CARRIJO, B. R.; OLIVEIRA, J. (Org.). **Desenvolvimento territorial e agroecologia**. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

ZAMBERLAM, Jurandir; FRONCHETI, Alceu. **Agroecologia: caminho da preservação do agricultor e do meio ambiente**. Petrópolis, RJ: Vozes: 2012.

Recebido em 2018-01-08
Publicado em 2018-04-14